



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA
ESTADO DO PARANÁ
Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA 001/2017 – DEMONSTRAÇÃO E ANÁLISE DE
CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2016**

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e dezessete, às 10h00, reuniram-se vereadores, servidores e público para demonstração e avaliação das metas fiscais do terceiro quadrimestre de 2016. Estiveram presentes para conduzir a audiência e apresentar os dados os vereadores Fabio Alceu Fernandes e Francisco Carlos Cabrini, o diretor financeiro da Câmara Municipal Eliano Santos da Silva, o servidor Otoniel de Souza Rocha e o secretário municipal de finanças Luiz Carlos Moreira. O Vereador Fabio Alceu iniciou a audiência nomeando o vereador Cabrini como relator. Esse justificou a ausência da vereadora Amanda Nassar por motivos particulares, segundo o art. 17, § 1º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Araucária. Então, o vereador Cabrini fez a leitura do edital de audiência pública 01/2017. Em seguida, o vereador Fabio Alceu chamou o diretor financeiro da Câmara para apresentar os dados. Este chamou o servidor Otoniel para acompanhá-lo. Após a apresentação das metas em questão, abriu-se espaço para questionamentos. Então, Valdiclei, do jornal O Popular, se apresenta, perguntando se com a alteração dos cargos comissionados, diminuição de gratificações, entre outras medidas, haverá diminuição para o próximo período, já que a redução em três milhões até o presente momento ainda seria pequena na opinião dele. Também perguntou se para 2017 a CMA fará a devolução de valores não utilizados para a Prefeitura, como vindo sendo feito nos últimos anos. Eliano responde a primeira pergunta positivamente, embora ainda não tenha números para apresentar. A segunda pergunta é respondida pelo servidor Otoniel, que afirmou que a Câmara seguirá a estimativa da Secretaria do Planejamento e o remanescente será devolvido para a Prefeitura. Fabio Alceu complementa sobre a redução de três milhões referente ao primeiro questionamento,



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ

Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

reforçando a ideia de que nos primeiros quadrimestres de 2016 a alteração dos cargos comissionados e redução de gratificações a título de comissões ainda não havia sido feita, e que só daqui a dois quadrimestres a real mudança será vista. Na sequência, o vereador Fabio Alceu chamou o secretário municipal de finanças, Luiz Carlos Moreira, para apresentar os dados da Prefeitura. Após, Fabio Alceu questiona os restos a pagar do ano de 2016. Luiz Carlos responde que é referente a 2015 – recursos de 2016 pagando empenhos de 2015. Fabio Alceu falou sobre a arrecadação de impostos, ICMS, ISS, comentando que a situação para o ano que vem ficará pior. Luiz Carlos confirma, disse que depois que se iniciou a investigação da Lava Jato, a REPAR teve queda de rendimentos, impactando também nas empresas que prestam serviços para ela. Explicou que até que a investigação acabe ficará reduzido o valor dos impostos relacionados à Refinaria. O vereador Fabio Alceu questionou sobre a arrecadação do IPTU, se alguma ação estava sendo tomada no sentido de atualizar valores e regularizar imóveis. O servidor Luiz Carlos retornou, afirmando que no ano de 2015 a Prefeitura conseguiu recadastrar parte da área industrial de Araucária. Complementou dizendo que há sim um plano para cadastramento, para atualização dos valores venais, e que uma vez completo tenderia a triplicar o valor arrecadado. Fabio Alceu questiona também a situação da CODAR, perguntando se a intenção é de se extingui-la. O secretário responde que sim, mas que a intenção do Prefeito não é de extinguir ou restringir os serviços prestados pela Companhia em questão, mas redirecioná-los para outras secretarias. Então, o procurador geral do município, Simon Gustavo Caldas de Quadros, tomou a palavra para esclarecer a parte legal da extinção da CODAR. Explicou que o prefeito solicitou estudo no qual se verificou que a lei que criou a CODAR não estava sendo integralmente seguida, e a companhia estava gerando muitos gastos extras para o município. Então haveria a extinção da CODAR através de proposta de Projeto de Lei com a finalidade de reduzir custos e manter os mesmos serviços. Em seguida, o vereador Fabio Alceu abriu espaço para questionamentos.

Rua Irmã Elizabeth Werka, 55 – Jardim Petrópolis – CEP 83704-580 – Araucária - PR



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAUCÁRIA

ESTADO DO PARANÁ

Edifício Vereador Pedro Nolasco Pizzatto

Valdiclei, do jornal o Popular, apresenta-se, primeiramente parabenizando os secretários por terem comparecido à audiência pública. Perguntou ao secretário Luiz Carlos Moreira sobre o valor das rescisões da Prefeitura, e obteve a resposta de que esses valores já estão sendo processados e liquidados; neste caso há separação de competências. Valdiclei questionou os gastos com educação e saúde, se estes não foram maiores nos anos anteriores. O secretário responde que de fato houve mais despesas no período, mas não haviam sido empenhadas ainda. Valdiclei segue perguntando se a despesa com pessoal tinha previsão de diminuição. Luiz Carlos responde que não haverá uma diminuição tão significativa, mas que ficará dentro do limite prudencial. Em seguida, Valdiclei questiona sobre progressões estancadas; o secretário responde que ainda não serão pagas, pois a situação do município continua difícil, havendo projeção para se normalizar em 2018 ou 2019. O jornalista pergunta se o IPTU da REPAR havia sido pago este ano; Luiz Carlos afirma que sim – cerca de um milhão de reais – e que a refinaria sempre paga à vista para se beneficiar do desconto. Valdiclei questiona sobre os valores do hospital; o secretário esclarece que são receitas vinculadas, as quais não são objeto dessa apresentação. Então, o servidor Otoniel toma a palavra para sugerir que se inclua o valor da dívida do município para a próxima audiência. Nada mais foi tratado e/ou discutido, a audiência foi encerrada e a presente ata segue assinada pelos vereadores presentes.


Ver. Fabio Alceu Fernandes


Ver. Francisco Carlos Cabrini